



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 201 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2023

DECISÃO

Trata-se, em síntese, de pregão eletrônico n.º 023/2023, processo administrativo n.º 059/2023, cujo objeto é o “Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de gravação e produção de spot, divulgação em carro de som, locação de som, iluminação, palco, tenda e treliças para atender as necessidades do Município de Prado Ferreira”.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 07/07/2023, dando publicidade para a cessão que ocorreria em 27/07/2023, às 09h00.

O certame se daria pelo Portal Compras.Gov do Governo Federal, sob a modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços, do Tipo Menor Preço por Item, como é a praxe da Administração.

Não houve impugnações ao edital.

Ocorre que durante o julgamento percebemos que a divisão dos itens como constava no edital aliada ao critério de julgamento menor preço por item acabaria por tornar a execução do objeto demasiadamente importuna à Administração, de forma a trazer obstáculos ao interesse público.

A título de exemplo, os itens 3 (locação de palco 08x10) e 12 (locação de treliça) foram dispostos de forma independente no certame, totalmente dissociados dos itens 5 (locação de som de grande porte com iluminação) e 6 (locação de som de médio porte com iluminação). Com isso, caso a empresa que vença os itens 03 e 12 seja diversa da que vencer os itens 05 e 06, haverá grande dificuldade para a Administração e, logo, para o interesse público, em dar execução aos referidos itens. Haveria risco de conflito de horários, instalação, cuidados, metodologia para objetos que andam, na prática, juntos. Não há sentido em locar um som de grande porte com iluminação sem um palco e as treliças. A situação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 201 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

poderia ser ainda mais caótica caso os itens sejam adjudicados por 12 (doze) empresas diferentes – o que é plenamente possível.

Tal situação poderia afetar o modo e a qualidade da execução dos objetos licitados, prejudicando a realização e satisfação do interesse público.

Nesse sentido, prevê o art. 49 da Lei n.º 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Compreendemos, pois, que os itens deveriam ser organizados sistematicamente em LOTES que contemplassem os objetos necessários de acordo com o porte do evento público – situação deveras difícil de implementar graças à morosidade e ineficiência do Portal Compras.Gov do Governo Federal -; ou, em alternativa, proceder com novo descritivo dos itens, de modo que agrupem, num só item, o som, as luzes, as treliças, o palco, etc., melhorando o uso do objeto, a eficiência e a satisfação do interesse público.

Consigna, ainda, que a revogação está pautada em fatos pertinentes e que justificam tal medida, não visando o prejuízo dos potenciais licitantes, mas prezando pela melhor solução do interesse público. Outrossim, não haverá prejuízo a nenhum licitante, uma vez que não houve o ato de homologação. Ademais, os interessados poderão participar do novo Pregão, com os itens dispostos de maneira mais eficiente para o uso da Administração.

Por fim, será devidamente assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, caso algum interessado se insurja.

Desse modo, com fundamento no art. 49 da Lei n.º 8.666/93 e nos itens 21.1 do instrumento convocatório, DECIDO:

- i. Por revogar o Pregão Eletrônico n.º 023/2023, Processo Administrativo n.º 059/2023; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 - 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 201 - FONE (43) 3244-1143 - CEP 86618-000

PRADO FERREIRA - ESTADO DO PARANÁ

ii. Sendo a revogação acolhida pela autoridade maior, determinar a composição de novo processo licitatório que contenha novos descritivos ou organização em lotes que, enfim, possibilitem melhor uso dos objetos licitados, a eficiência e a satisfação do interesse público.

Remetam os presentes autos à Prefeita Municipal, como autoridade competente para determinar a revogação do certame (item 21.8 do edital).

Prado Ferreira, 08 de agosto de 2023.

Antônio Carlos Dias Salvador
Secretário Municipal de Administração e Finanças